



A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA COMO ESTÉTICA LITERÁRIA: A VIOLÊNCIA E AS IMPOSSIBILIDADES EM “QUARTO DE DESPEJO”, DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Leandro de Oliveira Lopes – lopes.leandrodeoliveira@gmail.com
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil;
<https://orcid.org/0000-0003-3250-9402>.

Jaqueline Ferreira Borges – borrgesjaqueline@gmail.com
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil;
<https://orcid.org/0000-0002-7763-2917>.

RESUMO: Este artigo trata da violência simbólica que assola o cotidiano de Carolina Maria de Jesus, mulher negra e autodidata que morou na favela do Canindé e escreveu a rotina dos oprimidos entre os anos de 1955 e 1960. Há uma questão racial e de gênero que permeiam todo o diário “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (1960), de modo a evidenciar as impossibilidades superadas, ou não, por Carolina, escritora e catadora de papel. Apoiados nas teorias literárias e nas questões sobre luta de classe, racismo e realismo, o objetivo deste artigo é pensar as impossibilidades dos grupos oprimidos e de que modo a violência simbólica, impulso da crueldade social, é capaz de silenciar o corpo negro e ditar um predestino marcado pela miséria, bem como de que maneira essa estrutura de crueldade está representada na obra literária. A metodologia deste artigo é de caráter bibliográfico, tendo como arcabouço, teóricos como Candido (1999), Pellegrini (2005), Ribeiro (2019) e Ribeiro (2014), entre outros suportes que nos auxiliam a evidenciar os diversos cenários que silenciam a atuação literária e social de Carolina em detrimento da fome, da pobreza e da miséria que definem a escritora do diário de uma favelada e as pessoas da realidade concreta que ela intencionava representar.

PALAVRAS-CHAVE: Carolina Maria de Jesus; Quarto de despejo; Violência simbólica; Silenciamento.

1 INTRODUÇÃO

É da favela do Canindé que emerge o discurso de Carolina Maria de Jesus, mulher negra, pobre, mãe solo de três filhos, catadora de papel e autodidata. O diário “Quarto de Despejo” foi escrito entre os anos de 1955 e 1960 e apresenta descrições do cotidiano da favela, os quais estão na ordem da impossibilidade, marcada pela fome e pela segregação dos oprimidos: “eu classifico São Paulo assim: o Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 1960, p. 28); e o sustento de Carolina vem exatamente dos resíduos inúteis descartados por aqueles que pertencem à sala de visita.

Para além do que é ficcional, há em “Quarto de despejo” uma representação da realidade dos oprimidos, não como cópia da realidade, mas como *ilusão referencial*¹ de um projeto de sociedade. A violência simbólica, naturalizada nas relações e na estrutura social, atua de modo a intensificar as

¹ Tomamos emprestado o termo de Tânia Pellegrini (2007, p. 139)

impossibilidades de Carolina. A estrutura de classes pensada a partir de um *funil invertido*, conceito de Darcy Ribeiro (2014), coloca a autora e a narradora do diário no mais raso das possibilidades, oprimida, de modo que o que sobra é uma trajetória marcada pela fome e pela invisibilização, como agente social de uma determinada estrutura e como escritora negra, com endereço na favela. Ademais, a estética literária de seu texto, marcada formalmente pela representação realista dessa estrutura social específica, de violência e impossibilidades, coaduna com as teorias selecionadas e acaba por revelar, no momento de análise, o funcionamento e organização da sociedade brasileira na sua concretude.

2 A INCÔMODA PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Em 1999, ao analisar o “Malagueta, Perus e Bacanaço” (ANTÔNIO, 1963), de João Antônio, Antônio Candido definia o autor paulistano como “[...] um verdadeiro descobridor, ao desvendar o drama dos deserdados que fervilham no submundo; dos que vivem nas lambujens da vida e ele traz com a força da sua arte ao nível da nossa consciência, isto é, a consciência dos que estão do lado favorável, o lado dos que excluem” (CANDIDO, 1999, p. 88). Pelo que se pode depreender das palavras de Candido, é possível dizer que o crítico identifica ao menos dois grupos sociais e, em oposição, relaciona-os ao texto *joãoantoniano*: o mais perceptível, já que está nominalmente citado, é o *nosso* lado, o lado dos leitores, lado dos que excluem, porque se estamos na posição de receptores do texto e não precisamente como agentes dele, algumas dadas condições sociais de privilégio nos são oferecidas; o outro lado, por oposição, é o lado das personagens desse texto, que representam uma determinada sociedade que, para além de ser apenas literária, se manifesta concretamente na vida das pessoas Brasil afora.

Tendo sido João Antônio também um escritor que se dedicou a representar as classes mais vulneráveis da sociedade brasileira, porque, conforme ele acreditava, precisamos de uma literatura e de uma arte que “firmam, penetrem, compreendam, exponham, descarnem as nossas áreas de vida” (ANTÔNIO, 1975, p. 145), a aproximação entre a análise de Candido (1999) a respeito de seu texto e o “Quarto de despejo”, de Carolina Maria de Jesus, se manifesta mesmo como uma interpretação possível. E nisso não vai nenhuma intenção de se fazer aproximar os dois textos literários em si, mas refletir a respeito do entendimento de Candido (1999) e, conforme acreditamos, aplicá-lo a nossa própria recepção da obra de Carolina (1960).

Assim, partindo desta perspectiva de análise, a pergunta primeira é se pode existir, também na leitura da autora mineira, moradora da favela do Canindé, na cidade de São Paulo, uma separação possível entre estes dois grupos, os oprimidos e os opressores, os que estão do nosso lado e os que estão do lado de lá, lado das representações a que suas personagens fazem alusão.

No sexto andar o senhor que penetrou no elevador olhou-me com repugnância. [...] Quis saber o que eu estava fazendo no elevador. Expliquei-lhe que a mãe dos meninos havia dado-me uns jornaes. Era este motivo da minha presença no elevador. Perguntei-lhe se era medico ou deputado. Disse-me que era senador. O homem estava bem vestido. Eu estava descalça. Não estava em condições de andar no elevador. (JESUS, 1960, p. 98)

Quando Darcy Ribeiro publicou o seu “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, em 1995, ele dizia estar dando cabo àquilo que classificou como o “maior desafio que me propus” (RIBEIRO, 2014, p. 11). A obra, que intencionava encontrar aquilo que nos unificaria enquanto povo, algo como uma “unidade nacional” (RIBEIRO, 2014, p. 20), reflete a formação do país através do desenvolvimento de seu povo, passando por momentos que vão desde a “descoberta” do país e do desenvolvimento dos conflitos que decorrem disso – como a colonização, o extermínio dos povos nativos e a escravidão –, até chegar a episódios outros de violências pelos quais, irrefletidamente, passamos até que o Brasil se reconhecesse enquanto a nação que é, ou tenta ser, até os dias de hoje. E a literatura não se desgruda desse processo:

[...] nesse sentido, a história brasileira, transposta em temas literários, comporta uma violência de múltiplos matizes, tons e semitons, que pode ser encontrada assim desde as origens, tanto em prosa quanto em poesia: a conquista, a ocupação, a colonização, o aniquilamento dos índios, a escravidão, as lutas pela independência, a formação das cidades e dos latifúndios, os processos de industrialização, o imperialismo, as ditaduras... (PELLEGRINI, 2005, p. 134)

Ribeiro (2014) dividiu o povo brasileiro em quatro grupos distintos que representariam uma categorização coerente do que seriam nossas classes sociais através de uma estrutura que ele definiu como “um funil invertido, em que [na base] está a maior parte da população, marginalizada da economia e da sociedade, que não consegue empregos regulares nem ganhar o salário mínimo” (RIBEIRO, 2014, p. 195). Sumariamente, os quatro grupos que compõem esse funil invertido são: dominante - menor grupo em números absolutos, são aqueles que controlam a lógica social brasileira; classe intermediária - membros da classe média que imaginam-se como dominantes da estrutura e trabalham simbolicamente para a manutenção de sua lógica; subalternos - grupo de trabalhadores formais que, embora explorados, tendem a não questionar essa maneira de organização; oprimidos - maior grupo em números absolutos, trabalham ocasionalmente (ou nunca) e estão absolutamente distantes da lógica social.

Aí estão seus quatro estratos superpostos, correspondentes às classes dominantes, aos setores intermédios, às classes subalternas e às classes oprimidas. Os primeiros, cujo número é insignificante, detêm, graças ao apoio das outras classes, o poder efetivo sobre toda a sociedade. Os setores intermédios funcionam como um atenuador ou agravador das tensões sociais e são levados mais vezes a operar no papel de mantenedores da ordem do que de ativistas de transformações. As classes subalternas são formadas pelos que estão integrados regularmente na vida social, no sistema produtivo e no corpo de consumidores, geralmente sindicalizados. Seu pendôr é mais para defender o que já tem e obter mais, do que para transformar a sociedade. O

quarto estrato, formado pelas classes oprimidas, é o dos excluídos da vida social, que lutam por ingressar no sistema de produção e pelo acesso ao mercado. (RIBEIRO, 2014, p. 192)

Retomando Candido (1999), agora aproximando seu intento do texto de “Quarto de despejo”, podemos iniciar o propósito de diferenciar, no texto de Carolina, aqueles dois grupos distintos. Num deles estaria a protagonista Carolina e as representações da favela do Canindé. Ali, “[...] durante o dia, os jovens de 15 e 18 anos sentam na grama e falam de roubo. E já tentaram assaltar o empório do senhor Raymundo Guello. E um ficou carimbado com uma bala” (JESUS, 1960, p. 19). São representações de pessoas que, na vida concreta, fora do texto literário, experienciam na prática situações como as descritas pela autora durante o livro. No outro grupo, leitores de seu livro, conforme Candido (1999) fez questão de lembrar, estamos nós.

Apesar de ser o texto literário também uma mediação, porque, como se sabe, entre ele e a realidade há uma diferença significativa, uma vez que o texto “[...] não pode ser, pois, a cópia das coisas, mas o conhecimento da linguagem; a obra mais ‘realista’ não será a que ‘pinta’ a realidade, mas a que, servindo-se do mundo como conteúdo explorar o mais profundamente a realidade irreal da linguagem” (BARTHES, 1964, p. 164 *apud* PELLEGRINI, 2018, p. 29), cabe à literatura refletir e atuar sobre a sociedade em que está inserida; e é essa mesma sociedade que, por sua vez, dá-lhe condições sociais de existir e de ser literatura. Isso porque “[...] a situação econômica é a base, mas os vários elementos da superestrutura também exercem influência no andamento das lutas históricas e, em muitos casos, predominam na determinação da sua forma” (EAGLETON, 2011, p. 25). Assim que não há, em qualquer época ou em qualquer lugar, texto literário que tenha surgido sem que seu contexto histórico tenha fornecido condições para tal. Dessa forma, ainda que assumamos que, como literatura, o texto de Carolina (1960) tem em sua gênese alguma mediação e, portanto, de certo modo está posto em uma espécie de *ilusão referencial*, já que não pode ser cópia fiel da realidade, é igualmente irrefutável dizer que não só pelo tratamento e tema literário empregado por ela, mas também por sua estrutura formal, “Quarto de despejo” reflete e representa a sociedade em sua estrutura concreta, na vida prática dos brasileiros favelados da época. Tomando emprestado os termos de Pellegrini (2018), podemos dizer que isso se dá na presença de determinada *postura* e de determinado *método* que estão literariamente presentes no texto.

[...] o conceito de realismo pode ser aplicável a qualquer época, na medida em que são historicamente transformáveis e transformados sua postura e seu método. Tal postura sempre teve forte componente moral, quando não ideológico e político; tal método é preferencialmente documental, sendo esses dois adjetivos aqui empregados em sentido lato, significando, em conjunto, um compromisso de descrever os fatos e coisas como ‘realmente existem’. (PELLEGRINI, 2018, p. 46)

Assim,

Nenhum elemento, a sociedade ou o indivíduo, é prioritário. A sociedade não é um pano-de-fundo contra o qual as relações pessoais são estudadas, nem os indivíduos são meras ilustrações de aspectos dos modos de vida. Cada aspecto da vida pessoal é radicalmente afetado pela qualidade da vida geral, mas a vida geral, no seu âmago, é totalmente vista em termos pessoais. Em todos os sentidos, cada aspecto da vida geral é valorizado, mas o centro dessa valorização é sempre a pessoa humana – não um indivíduo isolado, mas as muitas pessoas que formam a realidade da vida geral. (WILLIAMS, 2001, p. 304-305 *apud* PELLEGRINI, 2018, p. 38)

Então, embora Carolina, narradora do diário, tenha esclarecido que escrevia um livro “[...] para vende-lo. [Porque] Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela” (JESUS, 1960, p. 25), pode-se dizer que seu aspecto de postura em favor dos que ela representa está também presente ao longo de toda narrativa, seja no próprio enredo, em passagens como “O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil [...] ... O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora” (JESUS, 1960, p. 26), seja na própria exposição de uma dada realidade de opressão que afeta sua família e seus vizinhos. Essa postura se pode aferir porque cabe à crítica literária “ir mais fundo, sendo basicamente a procura dos elementos responsáveis pelo aspecto e o significado da obra, unificados para formar um todo indissolúvel, do qual se pode dizer [...], que tudo é tecido num conjunto, cada coisa vive e atua sobre a outra” (CANDIDO, 2008, p. 15). Resolvida a postura, cabe-nos evidenciar que quanto ao método, de caráter estético, a construção própria da verossimilhança com a vida real fica evidente ao longo de toda a narrativa. Os relatos de Carolina, compostos por trechos curtos, ambientados na favela, em seu barraco, e nas caminhadas que fazia enquanto procurava por materiais que pudesse revender, constroem para o texto um universo ficcional de quase tangibilidade, de modo que suas situações e suas personagens são muito semelhantes ao que entendemos ser o cotidiano dos grupos oprimidos na vida concreta.

A representação dessa realidade, bem como a aproximação possível com o contexto social de violência em que vivemos, fazem referência direta ao que Candido (1999) nos apresentou. Afinal, de que lado estamos? Ademais, retomando Ribeiro (2014), qual é o nosso grau de responsabilidade na construção, manifestação e manutenção dessa lógica social ali representada? A aproximação da vida prática de parte da sociedade brasileira, representada em “Quarto de despejo”, bem como o nosso próprio lugar de privilégio, identificado da forma como pedia Candido (1999), assim como o texto literário de Carolina (1960), mostram-se não só pertinentes, mas necessários para o entendimento da obra, do conjunto social que ela representa e, consequentemente, do universo ficcional com o qual ela trabalha. Se o “Quarto de despejo” é um texto violento, de representação de uma realidade que cotidianamente se mantém como tal (mesmo que da escritura já tomemos sessenta anos de distância), ele será tão mais violento quanto sejamos capazes de entender suas conexões com o funcionamento da sociabilidade

brasileira; e isso significa também compreender, como lembrou Candido (1999), a posição social em que estamos alocados nessa estrutura e o desenrolar crítico disso.

Assim, similitude que se faz entre obra e vida,

A Sociologia talvez não merecesse uma hora de esforço se ela tivesse por fim apenas descobrir os cordões que movem os indivíduos que ela observa, se esquecesse que lida com homens e mulheres mesmo quando aqueles homens e mulheres, à maneira de marionetes, jogam um jogo cujas regras ignoram, em suma, se ela não tiver como tarefa restituir a esses homens e mulheres o sentido de suas ações. (BOURDIEU, 2006, p. 92)

Dessa maneira, a lógica textual de “Quarto de despejo”, representação de uma determinada organização social, está posta na exposição das impossibilidades simbólicas e materiais de Carolina, e na sua relação com a fome, presente durante todo o texto.² “O mundo das aves deve ser melhor que dos favelados, que deitam e não dormem porque deitam-se sem comer. [...] Mal sabe ele [o presidente Juscelino Kubitschek] que na favela é a minoria quem toma café. Os favelados comem quando arranjam o que comer” (JESUS, 1960, p. 30).

O jornalista Audálio Dantas, quem conheceu, divulgou e editou o diário, afirma no prefácio do livro que dentre outras alterações, a cor amarelada foi retirada do texto em função do seu uso exaustivo: “A repetição da rotina da favelada, por mais fiel que fosse, seria exaustiva [...]. A fome aparece no texto com uma frequência irritante [...] ela descobriu que as coisas todas do mundo ficavam amarelas quando a fome atingia o limite do suportável”. (DANTAS, 1960, p. 3). A favela torna-se a simbologia das suas impossibilidades, da fome e do abandono do Estado, quase como se representasse outra personagem na narrativa: “As mulheres vasculham o lixo procurando carne para comer. E elas dizem que é para os cachorros. Até eu digo que é para os cachorros...” (p. 94).

Carolina parece entender (e também por isso resistir) que sua condição enquanto favelada se dá através de sua lógica de sobrevivência e luta diária contra a fome. Não há possibilidade diferente dessa que se apresenta para ela como uma constante. “Quando cheguei em casa os filhos já estavam em casa. Esquentei a comida. Era pouca. E eles ficaram com fome” (JESUS, 1960, p. 114). E isso se repete. “Na minha opinião os atacadistas de São Paulo estão se divertindo com o povo igual os Cesar quando torturava os cristãos. Só que o Cesar da atualidade supera o Cesar do passado. Os outros era perseguido

² Entretanto, alerta que se faz, como nos mostra Elzira Divina Perpétua, no “Aquém do Quarto de despejo: a palavra de Carolina Maria de Jesus nos manuscritos de seu diário” (PERPÉTUA, 2003), o jornalista Audálio Dantas, ao ter contato com os manuscritos do diário de Carolina, na sua atuação própria como editor da obra, acaba por fazer “[...] três tipos de modificação em relação ao manuscrito – acréscimos, substituições e supressões” (PERPÉTUA, 2003, p. 64). Assim que embora não seja este o objetivo deste trabalho, a atuação de Dantas será determinante para a recepção do texto de Carolina e, conseqüentemente, também para as análises que dele decorrem. O ponto fulcral aqui, entretanto, é o texto literário, de modo que nos detivemos em sua materialidade literária.

pela fé. E nós, pela fome” (JESUS, 1960, p. 129). E repete. “Hoje eu estou disposta. O que me entristece é o suicídio do senhor Tomás. Coitado. Suicidou-se porque cansou de sofrer com o custo da vida. Quando eu encontro algo no lixo que eu posso comer, eu como. Eu não tenho coragem de suicidar-me. E não posso morrer de fome”. (JESUS, 1960, p. 141). E repete. “[...] eu não paro um minuto. Cato tudo que se pode vender e a miséria continua firme ao meu lado. Ela [vizinha Maria das Coelhas] disse-me que já está com nojo da vida. Ouvi seus lamentos em silêncio. E disse-lhe: - Nós já estamos predestinados a morrer de fome.” (JESUS, 1960, p. 126) e repete outras tantas mais.

Nesse sentido de impossibilidades, vamos nos deter no “predestino” que Carolina acreditava ser dela. Essa fala significa que seu fim e condição de ser humano era algo que, para ela, estava destinado já com antecedência, pensado como seu futuro incontornável e irresoluto que, portanto, destinava-a sofrer e a passar fome sem que nada pudesse ser feito para evitar tal fim. Na impossibilidade sua, porque os *gêneros alimentícios* estão sempre muito caros, Carolina teria sua sina já ditada e dela não poderia escapar.

Abaixo desses bolsões [classes dominantes], formando a linha mais ampla [...] das classes sociais brasileiras, fica a grande massa das classes oprimidas, dos chamados marginais, principalmente negros e mulatos, moradores das favelas e periferias da cidade. São os enxadeiros, os boias-frias, os empregados na limpeza, as empregadas domésticas, as pequenas prostitutas, quase todos analfabetos e incapazes de organizar-se para reivindicar. Seu desígnio histórico é entrar no sistema, o que sendo impraticável, os situa na condição da classe intrinsecamente oprimida, cuja luta terá de ser a de romper com a estrutura de classes. Desfazer a sociedade para refazê-la. Essa estrutura de classes engloba e organiza todo o povo, operando como um sistema autoperpetuante da ordem social vigente. (RIBEIRO, 2014, p. 192)

Representação de uma determinada realidade, a condição social, financeira e simbólica de Carolina e de seus vizinhos de favela é, por conseguinte, tão social quanto qualquer outra posição da estrutura (dominantes, intermediários ou subalternos) e, portanto, socialmente modificável. Para que sua condição de abandono seja perpetuada, hipótese que assumimos, a atuação de uma determinada estrutura, uma espécie de crueldade social, que organiza e estratifica a sociedade brasileira de acordo com interesses da classe dominante, que Carolina deixa transparecer em seu texto, precisa ser transformada em um movimento natural, de ordem do destino. Essa lógica de impossibilidades (que determina a forma e o tratamento literário do diário, e portanto se manifesta também de maneira estética) está posta na medida em que para defender os interesses dessa elite que a domina e a organiza, bem como a economia das trocas simbólicas decorrente dessa mesma estrutura, estão ajustadas situações que fazem com que a camada menos privilegiada da sociedade prossiga dessa forma, e que sua elite prossiga dominante e opressora; o que significa manter a estrutura privilegiando poucos e restando fome e impossibilidades à uma grande parcela.

A violência simbólica está, portanto, camuflada em relações naturalizadas, de modo a revelar violências intrínsecas a estrutura social e a organização dos grupos, especialmente os oprimidos. O silenciamento simbólico é, por si só, violento; a fome, ânsia do corpo, também é. O que marca a violência simbólica é a discrição de um sistema que acoberta a violência como algo inerente à favela, e não como o desígnio cruel e estrutural que de fato representa.

No texto, isso está em trechos como:

... Hoje eu fiz arroz e feijão e fritei ovos. Que alegria! Ao escrever isto vão pensar que no Brasil não há o que comer. Nós temos. Só que os preços nos impossibilita de adquirir. Temos bacalhau nas vendas que ficam anos e anos a espera de compradores. As moscas sujam o bacalhau. Então o bacalhau apodrece e os atacadistas jogam no lixo, e jogam creolina para o pobre não catar e comer. Os meus filhos nunca comeu bacalhau. Eles pedem: - Compra mamãe! Mas comprar como! a 180 o quilo. Espero, se Deus ajudar-me, antes de morrer hei de comprar bacalhau para eles. (JESUS, 1960, p. 133)

A lógica da economia das trocas simbólicas, de Pierre Bourdieu (2007), traz em sua gênese outros conceitos que, em conjunto, colaboram para seu completo entendimento, tais como *habitus*, *campo* e *capital*, por exemplo. Entretanto, respeitando o tempo e o espaço de que dispõe este trabalho, vamos nos deter apenas no último deles e na sua aplicação para o entendimento da representação social de Carolina (1960). Grosso modo, o capital representa uma possibilidade de acumulação, não somente financeira, que agrega determinado valor de troca ao indivíduo que o dispõe (BOURDIEU, 2007). Embora possa ser representado por dinheiro e posses, o capital poderia ser também simbólico, na medida em que haja, por parte de seu detentor, o conhecimento de pessoas importantes no contexto de determinada lógica ou empresa, por exemplo; ou cultural, na medida em que seu detentor possa ser especialista em determinado assunto e, assim, ter em seu discurso algo valorativo em comparação com alguém que não tenha essa disposição.

Assim, não é exclusividade das operações financeiras, embora sejam elas também determinantes, que a luta de classes e, portanto, a lógica da exploração e estratificação social é mantida e operada. Isso significa dizer que

Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço [sociedade]. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço [...] Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades atuantes, ele pode ser descrito também como campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de força objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes. (BOURDIEU, 2007, p. 134)

O modo como são incorporadas essas relações de poder, ainda que simbólicas e não tangíveis, vai colaborar na marcação e legitimação das classes, dividindo-as em grupos dominantes e grupos

dominados, naturalizando seu desígnio social de projeto de país. A violência simbólica, nas palavras de Bourdieu (2016, p. 12) é “suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento”. Não obstante, tanto no texto como na vida concreta fora dele, a violência simbólica não exclui a física, e de certa forma até a estimula; como é o caso da fome do corpo físico de Carolina ou dos muitos episódios de briga e discussão presentes no diário.

Como na vida fora dos livros, local em que a concretude das coisas se manifesta em amarras sociais que se escondem e se materializam em um confuso emaranhado de situações, o confronto simbólico e a violência que dele decorre estão tanto no texto, como na forma, entrelaçados, misturados, como num amálgama literário que, como representação de sua concretude social, também naturaliza a diferença de tratamento e a diferença de “lugar de mundo” que atinge uma parcela da população brasileira; como o predestino a que Carolina diz sentir-se determinada. “A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.”(JESUS, 1960, p. 147). Dessa forma, velada, conflitos sociais aparentemente inexistentes colaboram na determinação das classes, de suas condições e de suas impossibilidades; mesmo que, na maioria das vezes, só sejamos capazes de enxergá-los quando estão manifestados no campo físico. Assim, questões que são sociais e, portanto, modificáveis, tendem a ser tratadas como se fossem naturais e predestinadas; partindo de um apagamento de distâncias e de conflitos que permitiriam superar ou amenizar essas dificuldades.

Portanto, de postura e método realista, o texto de Carolina (1960) significa a representação não apenas de um modo de violência, a física, que se daria nas brigas de suas vizinhas, nas surras que seus filhos sofrem, nas ocasiões de morte e na própria violência na favela do Canindé, mas, e este é precisamente o ponto de análise aqui, na manifestação de determinado modo de ver a vida e nas posições sociais decorrentes desse tipo de estrutura. Isso porque as “[...] classes e frações sociais estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das relações sociais” (BOURDIEU, 2007, p. 11-12). Essa violência está no nosso cotidiano e a literatura, representação disso, “encarna as forças produtivas da sociedade; [porque] o escritor não aceita o mundo como ato consumado, mas o recria, revelando sua verdadeira natureza de produto construído” (EAGLETON, 2011, p. 102)

O diário de Carolina recria a sociedade enxergando-a como dois universos distintos, apesar de interligados. De um lado, na sala de visitas, o opressor; de outro, no quarto de despejo, o oprimido. As

marcações responsáveis por delimitar esses espaços estão sempre no campo do desvalor, do desrespeito e do silenciamento.

Se pensarmos nas empregadas domésticas, temos uma ideia de como a classe média brasileira, por comparação com suas similares europeias, por exemplo, tem o singular privilégio de poder poupar o tempo das repetitivas e cansativas tarefas domésticas, que pode ser reinvestido em trabalho produtivo e reconhecido fora de casa. Como não pensar também nos serviços sexuais de baixo preço — não só de prostitutas, mas de todos os indivíduos em situação de dependência — de uma classe a outras? Como não pensar também na ‘naturalização’ de serviços de saúde de primeira qualidade para as classes privilegiadas — classes média e alta — e de segunda qualidade para os mais pobres? O mesmo acontece com a escola, com o acesso à justiça etc. Essa é a nossa verdadeira ‘luta de classes’ intestina, cotidiana, invisível e silenciosa, que só ganha as manchetes sob a forma ‘novelizada’ da violência transformada em espetáculo e alimentada pelos interesses comerciais da imprensa. Como a antiga e anacrônica visão marxista da luta de classes tinha imagens da esfera pública e da revolução política, deixamos de ver a ‘luta de classes’, cotidiana, mais invisível e menos barulhenta, mas não menos insidiosa, que se reproduz sem que ninguém se dê conta, tanto para os algozes quanto, muito especialmente, para suas próprias vítimas. (SOUZA, 2009, p. 24)

A violência do texto de Carolina (1960), nas impossibilidades de sua realidade concreta, impacta não porque sejamos pegos de surpresa com essa representação, não porque não conheçamos sua estrutura e sua manifestação no cotidiano brasileiro, dia a dia, dos jornais, das emissoras de televisão, da internet, dos bairros próximos ao que vivemos. Essa representação é impactante porque, como Candido (1999) nos fez compreender na leitura de João Antônio, estamos nós do outro lado, do lado opressor.

A naturalização dos mais diversos tipos de violência, seja física, simbólica ou econômica, bem como sua posição enquanto obra literária que representa uma realidade específica de parte da população brasileira, fazem do texto de “Quarto de despejo”, quando o relacionamos com a luta de classes cotidiana, corriqueira, do ainda bastante comum “sabe com quem você está falando?”, tão presentes na sociedade brasileira (LIMA, 2020) (REBELLO; MADRID, 2020), um representante de uma lógica que, conforme identificou Candido (1999), estamos todos participando, lógica cruel de exploração de muitos para o ganho e benefício de pouquíssimos.

3 O EXCESSO DE FALTA

Fruto da naturalização de um projeto de desigualdade social que é constante e, embora seja também simbólico, manifesta-se de maneira prática, a violência simbólica atua de maneira muito mais velada, hostilidade que, segundo Souza (2009), legitima uma dominação sutil e uma continuidade com o histórico de violência e dominação por parte dos grupos opressores. A incompreensão dessa violência é fruto justamente da vã ideia de compreensão, posto que não há um entendimento da totalidade dos problemas sociais, culturais e políticos, que são reduzidos a soluções ineficientes.

Carolina critica o sistema e reconhece em que lugar desse funil invertido ela está alocada. No limbo de uma vida medíocre, vive uma constante antítese da existência, tendo acesso a condições mínimas de sobrevivência e revelando a fome como o impulso das demais violências, resultado dos vários abandonos que sofre, consequência direta de suas impossibilidades. A autora do diário enxerga os privilégios que marcam alguns e que, por seletividade, assolam outros. Vive sempre no limite da vida, está na fronteira que separa continuar tentando viver ou convidar os filhos para suicidarem: “Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Quem vive, precisa comer” (JESUS, 1960, p. 153).

Apesar de haver uma compreensão da realidade, Carolina não parece se sentir oprimida por ser negra, apenas por ser pobre. O sobressalto diante do subtítulo “diário de uma favelada” está diretamente associado à desconexão entre o gênero literário e o endereço da autora do diário. Historicamente não houve espaço para as mulheres escreverem, senão rompendo as imposições do sistema patriarcal. Se escrevem, são legitimadas pela família ou pelo marido que pertencem à elite, mas com ela não há esposo e não há elite; embora tenha havido um jornalista, branco, que possibilitou que sua voz ecoasse, reflexo de um sistema que silencia e exclui qualquer discurso das mulheres pobres, das mulheres pobres e faveladas, das mulheres pobres, faveladas e negras, das mulheres pobres, faveladas, negras e mães solas; o sistema as ignora e aloca junto aos oprimidos, esquecidos no fundo do funil. Bourdieu (2016, p. 12) esclarece que as relações que unem ou separam os grupos são de ordem social e ensinam a lógica da dominação exercida em nome de uma língua, de um estilo de vida, de modos de pensar, falar ou agir; mas o emblema ou o estigma que é “mais eficiente simbolicamente é [justamente] essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele”.

O letramento da mulher negra é ainda mais recente que o letramento da mulher branca. Aquela, além de lutar pela existência do ser mulher, lutou também pela existência do ser mulher negra. Ribeiro (2019a, p. 40) aponta que “quando muitas vezes é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses ‘todos’, ou quantos cabem nesse ‘todos’?”. A luta da mulher branca está no campo da igualdade de gênero, enquanto a luta da mulher negra está no campo da igualdade de gênero, como também da igualdade racial. Assim, a formação escolar de Carolina, que não ultrapassa o segundo ano da educação primária, pode ser entendido como o resultado de uma realidade marcada, uma vez mais, pelas suas impossibilidades de existir. Foi necessário abrir uma fresta nas reivindicações brancas e burguesas, para que coubesse a militância negra e pobre que ainda é submetida a uma legitimação social que questiona se o corpo negro cabe fora das favelas, da malandragem e do analfabetismo: “Quando eu retornava para a

favela encontrei com uma senhora que se queixava porque foi despejada para Prefeitura. Como é horrível ouvir um pobre lamentando-se. A voz do pobre não tem poesia” (JESUS, 1960, p. 123).

O corpo negro é alocado, repetidas vezes, em uma posição de oprimido, onde ocupa o lugar do outro, do obediente e do silenciado. O racismo, reforçado pela segregação do sistema educacional, apresenta “um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes” (ALMEIDA, 2019, p. 43). É essa mesma segregação que, atingindo a indústria cultural, designa ao negro o lugar de analfabeto criminoso, quase como redundância. Segundo Almeida (2019), o estereótipo da doméstica negra é reforçado na mesma medida em que o estereótipo da liderança é branco. O diário de Carolina (1960) é cercado pelas demarcações que associam o corpo negro à miséria e à ignorância, como ocorre no episódio em que Vera ganhou esmola acidentalmente: “A Vera ganhou 6 cruzeiros, porque ela entrou num bar para pedir água e pensaram que ela estava pedindo esmola” (JESUS, 1960, p. 114). Há um símbolo cultural no racismo, o qual é ideológico, pois permanece ancorado nas práticas sociais, naturalizado como as classes de Ribeiro (2014) ou as violências de Bourdieu (2007). Nas palavras de Almeida (2019, p. 44), as “mulheres negras são consideradas pouco capazes porque existe todo um sistema econômico, político e jurídico que perpetua essa condição”.

O que é possível enxergar ao longo deste estudo é que as condições sociais de Carolina, narradora do diário, bem como de sua autora, escritora por trás do texto, pelo que se sabe de sua vida e de seus relatos como moradora da favela, nada tem a ver com um destino ou com a coincidência de ter nascido com uma sina de má sorte. Sua posição na estrutura social brasileira, suas impossibilidades financeiras e simbólicas, bem como as muitas violências de que era vítima, são resultado de um projeto de país que, a despeito da vida de seus cidadãos, e pelo bem de uma pequeníssima elite, reservam a ela como sendo este o único caminho possível. A representação literária que decorre disto, como na vida concreta de suas representações, acaba por maquiar esse propósito social, tornando-o quão natural quanto seja possível ser, e, portanto, apagando a necessidade de reflexão a respeito de seu processo e de mudanças possíveis. É assim com sua condição de pobre, sua condição de negra e sua condição de mulher; sempre baseadas na exploração de uma elite que quase não aparece, embora a condicione o tempo todo; seja por sua raça, seja por seu gênero.

O corpo feminino ocupa, segundo Simone de Beauvoir (2016), o lugar de *Outro*, posto que o referente social seria o homem, e a mulher, o outro, existiria exclusivamente a partir da figura masculina. Com base nesse conceito de Beauvoir (2016), que pensa a mulher como o *Outro* por ocupar posição dispar em relação ao homem, a professora e escritora Grada Kilomba assinala que “a mulher negra é o *Outro* do *Outro*, posição que a coloca num lugar de mais difícil reciprocidade” (RIBEIRO, 2019a, p. 37).

Se retomamos a ideia do funil invertido, partindo de uma perspectiva hierárquica das relações e atrelando-a com a entendimento de que o racismo é, em verdade, também estrutural (ALMEIDA, 2019), o que parece importar primeiro nessa lógica social é a cor da pele. Portanto, a pessoa branca já está, por si só, em posição de privilégio. Assim, homens e mulheres brancas, nessa específica ordem, ocupariam o topo dessa determinada estrutura. Apesar de ainda sofrer diversas violências por ser o *Outro* do homem, a mulher branca estaria em posição de privilégio justamente por ser branca. Assim, o corpo negro ficaria em posição de submissão, independente do gênero, e isso é reforçado no diário de Carolina.

Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (JESUS, 1960, p. 96).

Em seguida, temos a hierarquia dos corpos negros. Em primeiro estaria o homem, quem ocupa historicamente o lugar de superioridade em relação ao corpo feminino, e isso se repete independente da raça. Depois, no mais raso do funil, estaria o corpo feminino negro, submisso a todos os outros grupos colocados acima do seu. E se, retomando Ribeiro (2014), podemos dizer que essa mulher negra é oprimida socialmente, podemos também dizer que encontramos o ponto onde está Carolina Maria de Jesus; no mais raso das hierarquias, fundo do fundo do funil invertido. Carolina, representação sua, de um lado. Leitores do texto, receptores e críticos de sua obra, de outro, oprimindo. Há várias menções de Carolina sobre os grupos que são histórico e socialmente privilegiados: “Fui no empório, levei 44 cruzeiros. Comprei um quilo de açúcar, um de feijão e dois ovos. Sobrou dois cruzeiros. Uma senhora que fez compra gastou 43 cruzeiros. E o senhor Eduardo disse: - Nos gastos quase que vocês empataram. Eu disse: - Ela é branca. Tem direito de gastar mais” (JESUS, 1960, p. 108).

Kilomba aponta ainda, segundo Ribeiro (2019a, p. 38), que é necessário enfrentar “esse vácuo, que não enxerga a mulher negra numa categoria de análise”. A mulher negra ocupa o lugar mais raso na supremacia branca, porque elas não são “nem brancas e nem homens, exerceriam a função de *Outro* do *Outro*”. O que Kilomba aponta não é apenas um complemento da teoria de Beauvoir (2016), mas uma discordância, uma vez que, como aponta Ribeiro (2019a, p. 41) “A insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto”. A segregação das raças e dos gêneros demarcam questões culturais responsáveis pelas impossibilidades dos oprimidos, a literatura desses grupos é historicamente colocada a margem, anulando a participação da pessoa negra na história, na filosofia e na literatura, uma vez “que é irrealista que numa sociedade

como a nossa, de maioria negra, somente um grupo domine a formulação do saber. É possível acreditar que pessoas negras não elaborem o mundo?” (RIBEIRO, 2019b, p. 27).

Carolina escreve o diário por cerca de 5 anos, mas precisou ser descoberta para que pudesse de fato falar. A teoria de Spivak (2010), baseada no termo “falar por”, destaca que nenhum representante do povo, um partido, um teórico [ou jornalista] conseguiria expor a realidade de um grupo oprimido, uma vez que quem fala expõe a sua multiplicidade. No entanto, mais que dar voz a quem é silenciado, é necessário promover a escuta para que se possa receber, ouvir/ler uma voz que historicamente não vem falando. A voz de Carolina é inaudível porque há muitas camadas que silenciam a sua literatura, portanto quem a faz ecoar é um homem branco responsável por legitimar o discurso da mulher negra, favelada e catadora de papel. O dilema de dizer e não ser ouvida é resultado de um discurso que tem cor, tem endereço e tem gênero, projeto de naturalização de um país supostamente branco, comandado por homens de uma elite que não permite mudanças na lógica social; portanto, a publicação do texto literário em si, do modo como se sucedeu seu processo, é também um reforço do que está posto no texto em forma, em conteúdo, e o que dele vai representado – a estrutura de exploração de uma crueldade social brasileira que beneficia uma pequena parcela da sociedade para restar à maioria de seu povo, fome, violência e miséria. Há um silêncio ruidoso que revela as vivências no quarto de despejo.

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratam de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como ‘normais’ em toda a sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais. Nesse caso, as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões – piadas, silenciamento, isolamento etc. (ALMEIDA, 2019, p. 32)

Para Perpétua (2000), A “autenticidade” projetada na figura de Carolina diz respeito à sua escrita diária, que autenticaria a realidade de misérias até então apresentada aos leitores apenas com a intermediação de um jornalista de fora dessa realidade. Credita-se, pois, à escrita de Carolina um valor mimético incomparável ao de outro cronista. Por isso, também, sua escrita não é valorizada apenas pelo que revela de sua vida pessoal, mas pelo que contém das revelações sobre a comunidade em que vive (PERPÉTUA, 2000, p. 58), e, conforme acreditamos da intenção de Candido (1999), da nossa própria condição de privilégio. Como já se dissemos em outro momento, o texto de Carolina (1960) será tão mais violento quanto sejamos capazes de perceber que, sua posição enquanto agente social está, comparativamente com a nossa, exposta a uma lógica de exploração contínua e irresoluta e que, como literatura, é representação da realidade de não só uma Carolina que, como escritora, teve o ecoar de sua voz, mas o de muitas outras faveladas que, em silêncio, continuam a (sobre)viver no Brasil.

Não há medidas para avaliar o discurso de Carolina, porque ela fala da própria realidade, da própria vivência e rotina. Questionar essa realidade seria diminuir a própria experiência, violentar um discurso que é particular. São vários os quartos de despejos que Carolina vive, os quais são diariamente reforçados pelo sistema criado pelos homens, pelos brancos e por aqueles que vivem na sala de visitas.

A obra de Carolina (1960), prestes a ser reeditada e relançada pela editora Cia da Letras (DALCASTAGNÉ, 2020), é a representação de um já conhecido e repetido esquema de vida de parte de nossa população que, na miséria, tenta garantir o pão de amanhã, ainda que só se tenha quatro cruzeiros no bolso (JESUS, 1960, p. 26). É indispensável discutir essa estrutura cruel de exploração conscientes de nossa posição, como fez Candido (1999), ou estaremos sentenciados a irrefletidamente seguir essa lógica social e literária, tendo, de quando em quando, nossos horizontes de expectativas³; se não por desconhecimento da estrutura ali representada, pelo conhecimento de nosso consentimento a ela e sua manutenção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do conceito de *funil investido*, proposto por Ribeiro (2014), é possível compreender que Carolina Maria de Jesus, escritora do diário “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (1960), evidencia, durante os anos de 1955 a 1960, a realidade de um grupo despejado na favela do Canindé, em São Paulo. A narrativa expõe a violência - física e simbólica - a fome e a invisibilidade social a qual os oprimidos estão submetidos. Trata-se da rotina não apenas de um grupo imerso em sua literatura, mas de uma realidade que vai além do ficcional.

O silenciamento da escrita negra só foi rompido com o auxílio de um jornalista branco e a justificativa desse apagamento está exatamente na contradição do subtítulo do diário, que guarda aos oprimidos o lugar de analfabetismo e de exclusão. Assim, é possível concluir que Carolina Maria de Jesus enfrentou a violência e o silenciamento impostos à ela, mulher negra e pobre, e alcançou sucesso suficiente para tirá-la da favela, mas insuficiente para reelaborar a condição de seus pares, ainda oprimidos pela crueldade social. Seu livro, representação literária dessa estrutura social, apresenta-se como forma estética de uma realidade que, socialmente, oprime cotidianamente as pessoas de carne e osso que Carolina representou.

5 REFERÊNCIAS

ANTÔNIO, João. *Malagueta, perus e bacanaço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

³ Tomamos emprestado o termo de Jauss (1994), e apesar de conscientes da complexidade dos estudos da estética da recepção, e muito embora tenhamos considerado importante que fosse destacada sua origem teórica, por causa do tempo, formato e objetivo deste trabalho, optamos por não aprofundar essa discussão neste momento específico.

ANTÔNIO, João. Corpo-a-corpo com a vida. In: *Malhação do Judas Carioca*. Rio de Janeiro: Record, 1975. p. 141–151.

ALMEIDA, Sílvia. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. *Revista de sociologia e política*, [s. l.], n. 26, p. 83–92, 2006.

CANDIDO, Antonio. Na noite enxovalhada. *Remate de males*, [s. l.], v. 19, p. 81–88, 1999.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.

DALCASTAGNÈ, Regina. (Regina Dalcastagnè). *Texto do post*. Brasília, 17 jul. 2020. Facebook: usuário Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2708364599485091&set=a.1392466377741593&type=3&theater> Acesso em: 17 jul. 2020.

DANTAS, Eudálio. Prefácio. In: JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. São Paulo: Francisco Alves, [s. l.], 1960.

EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. Trad. Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

LIMA, Juliana Domingues de. "Cidadão não, engenheiro": elites e autoritarismo no Brasil. *Nexo*, 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2020/07/07/%E2%80%99Cidad%C3%A3o-n%C3%A3o-engenheiro%E2%80%99-elites-e-autoritarismo-no-Brasil>. Acesso em 17 jul. 2020

PELLEGRINI, Tânia. Realismo e realidade na literatura: um modo de ver o Brasil. São Paulo: Alameda, 2018.

PELLEGRINI, Tânia. Realismo: postura e método. *Letras de Hoje*, v. 42, n. 4, p. 137-155, 2007.

PERPÉTUA, Elzira. Aquém do Quarto de despejo: a palavra de Carolina Maria de Jesus nos manuscritos de seu diário. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, [s. l.], n. 22, p. 63–83, 2003.

REBELLO, Aiuri; MADRID, Bruno. Abordado sem máscara, desembargador despreza guarda em Santos: "Analfabeto" *UOL*, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas->

noticias/2020/07/19/santos-homem-se-apresenta-como-desembargador-recusa-mascara-e-humilha-cgm.htm Acesso em 21 jul. 2020.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019a.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antiracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.

SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Title

Brazilian social stratification as literary aesthetics: the violence and the impossibility in “Quarto de despejo”, by Carolina Maria de Jesus.

Abstract

This article treats the symbolic violence that ravages the daily life of Carolina Maria de Jesus, black woman and self-taught who lived in the Caninde's shanty town and wrote about the routine of the oppressed between the years 1955 and 1960. There is a racial and gender issue that permeates all the diary “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (1960), in order to highlight the impossibilities overcome, or not, by Carolina, a writer and paper collector. Supported by literary theories and questions about class struggle, racism and realism, the objective of this article is to think about the impossibilities of oppressed groups and how symbolic violence, the impulse of social cruelty, is able to silence the black body and dictate a predestination marked by misery, as well as how this structure of cruelty is represented in literary work. The methodology of this article is bibliographic review, having as framework, theorists like Candido (1999), Pellegrini (2005), Ribeiro (2019) and Ribeiro (2014), among other supports that help us to highlight the different scenarios that silence Carolina's literary and social performance at the expense of hunger, poverty and misery that define the writer of a slum diary and the people of the concrete reality she intended to represent.

Keywords

Carolina Maria de Jesus; Quarto de despejo; Symbolic Violence; Silencing.

Recebido em: 30/07/2020.

Aceito em: 26/08/2020.